Luciano Floridi

INFORMAÇÃO

Uma Introdução Muito Breve

OXFORD
UNIVERSITY PRESS

Capítulo 8

A ética da informação

Nossa jornada pelos vários conceitos de informação está quase completa. Começamos analisando a revolução da informação e agora estamos prontos para ver algumas de suas implicações éticas.

Os capítulos anteriores ilustraram algumas transformações cruciais trazidas pelas TICs em nossas vidas. A vida moral é um jogo altamente intensivo em informação, de modo que qualquer tecnologia que radicalmente modifica a 'vida da informação' certamente terá profundas implicações morais para qualquer agente moral. Lembre-se de que estamos falando de uma revolução ontológica, não apenas de uma mudança nas tecnologias de comunicação. As TICs, ao transformar radicalmente o contexto em que surgem questões morais, não apenas acrescentam novas dimensões interessantes a problemas antigos, mas também nos levam a repensar, metodologicamente, as próprias bases sobre as quais nossas posições éticas se fundamentam. Vamos ver como.

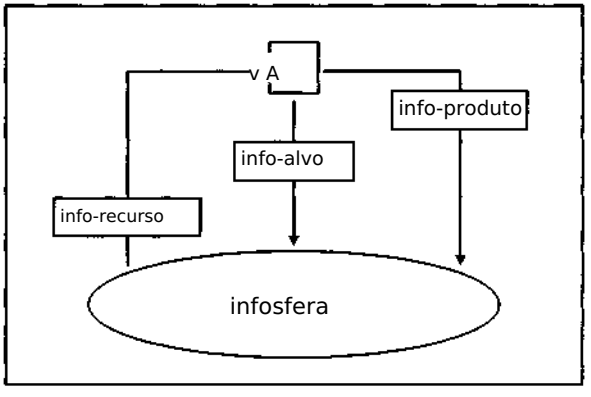
A ética da informação como uma nova ética ambiental

As TICs afetam a vida moral de um agente de várias maneiras. Para simplificar, elas podem ser organizadas esquematicamente em três linhas, da seguinte forma. Suponha que nossa agente moral A4 esteja interessada em seguir o que considera ser o melhor curso de ação, dada sua situação. Vamos supor que as avaliações e

as interações têm algum valor moral, mas nenhum valor específico precisa ser introduzido nesta fase. Intuitivamente, A pode se valer de algumas informações (informação como recurso) para gerar outras informações (informação como produto) e, ao fazer isso, afetar seu ambiente informacional (informação como alvo). Este modelo simples, resumido na Figura 19, nos ajudará a obter uma orientação inicial na multiplicidade de questões pertencentes à ética da informação (doravante EI). Vou me referir a ele como o modelo RPT.

O modelo RPT é útil para corrigir uma ênfase excessiva ocasionalmente colocada em tecnologias específicas (isso acontece principalmente na ética da computação), ao destacar o fenômeno mais fundamental da informação em todas as suas variedades e longa tradição. Esta também era a posição de Wiener e as várias dificuldades encontradas nas bases conceituais da ética da computação estão, provavelmente, ligadas ao fato de que esta última ainda não

foi reconhecida como principalmente uma ética ambiental, cuja principal preocupação deve ser a preocupação ecológica com a gestão e bem-estar da infosfera.



19. O Modelo R(esource) P(roduct) T(arget) ‘Externo’

Desde o aparecimento dos primeiros trabalhos na década de 1980, a ética da informação tem sido considerada o estudo das questões morais que surgem de uma ou outra das três distintas 'setas da informação' no modelo RPT.

Ética da informação como recurso

Considere primeiro o papel crucial desempenhado pela informação como recurso para as avaliações e ações morais de A. Avaliações e ações morais têm um componente epistêmico, já que se espera que A aja 'com base na melhor informação disponível', ou seja, A pode ser esperada a utilizar toda a informação que conseguir reunir, a fim de chegar a conclusões (melhores) sobre o que pode e deve ser feito em determinadas circunstâncias. Sócrates já argumentava que um agente moral está naturalmente interessado em obter tanta informação valiosa quanto as circunstâncias exigirem, e que um agente bem informado tem mais probabilidade de agir corretamente. O consequente 'intelectualismo ético' analisa o mal e o comportamento moralmente errado como resultado de informação deficiente. Por outro lado, a responsabilidade moral de A tende a ser diretamente proporcional ao grau de informação: qualquer diminuição neste último geralmente corresponde a uma diminuição no primeiro. É nesse sentido que a informação aparece sob a forma de prova judicial. É também nesse sentido que se fala em decisão informada, consentimento informado ou participação bem informada. Na ética cristã, por exemplo, até mesmo os piores pecados podem ser perdoados à luz da informação insuficiente do pecador, pois uma avaliação contrafactual é possível: se A tivesse sido devidamente informado, teria agido de forma diferente e, portanto, não teria pecado (Lucas 23:34). Em um contexto secular, Édipo e Macbeth nos lembram como a má gestão dos recursos informacionais pode ter consequências trágicas.

Sob uma perspectiva de 'recurso', parece que a máquina moral precisa de informação, e bastante, para funcionar adequadamente. No entanto, mesmo dentro do escopo limitado adotado por uma análise

Baseando-se apenas na informação como recurso, e portanto numa visão meramente semântica da infosfera, deve-se ter cuidado para que todo o discurso ético não seja reduzido às nuances de maior quantidade, qualidade e inteligibilidade dos recursos informacionais. Mais nem sempre é melhor, nem sempre é a melhor regra prática. Pois a retirada (às vezes explícita e consciente) de informação pode muitas vezes fazer uma diferença significativa. 4 pode precisar carecer (ou se impedir de acessar) certas informações para alcançar objetivos moralmente desejáveis, como proteger o anonimato, promover tratamento justo ou implementar avaliações imparciais. O 'véu da ignorância' de Rawls explora precisamente esse aspecto da informação como recurso, para desenvolver uma abordagem imparcial da justiça em termos de equidade. Estar informado nem sempre é uma bênção e pode até ser moralmente errado ou perigoso.

Seja a presença (quantitativa e qualitativa) ou a (total) ausência Informação-como-recurso está em questão, há é um perfeitamente razoável sentido em que informação ética pode ser descrita como o estudo do moral questões surgindo de 'o triplo A': disponibilidade, acessibilidade e precisão dos recursos informacionais, independentemente do seu formato, tipo e suporte físico. Exemplos de questões em ética da informação entendida como ética da informação-como-recurso são a chamada exclusão digital, o problema do excesso de informação e a análise da confiabilidade e fidedignidade das fontes de informação.

Ética da informação-como-produto

Um segundo, mas intimamente relacionado sentido em que a informação desempenha um papel moral importante é como produto das avaliações e ações morais de A. 4 não é apenas um consumidor de informação, mas também um produtor de informação, que pode estar sujeito a restrições enquanto pode aproveitar oportunidades. Tanto restrições quanto oportunidades exigem uma análise ética. Assim, a ética da informação, entendida agora como ética da informação-como-produto, pode abranger

questões morais que surgem, por exemplo, no contexto de responsabilidade, obrigação, legislação sobre difamação, testemunho, plágio, publicidade, propaganda, desinformação e, de forma mais geral, as regras pragmáticas da comunicação. A análise da imoralidade da mentira oferecida por Immanuel Kant (1724-1804) é um dos estudos de caso mais conhecidos na literatura filosófica sobre esse tipo de ética da informação. Cassandra e Laocoonte, alertando inutilmente os troianos contra o cavalo de madeira dos gregos, nos lembram como a má gestão de produtos informacionais pode ter consequências trágicas.

Ética da informação como alvo

Independentemente da entrada de informação de A (recursos informacionais) e saída (produtos informacionais), há um terceiro sentido em

que a informação pode ser objeto de análise ética, ou seja, quando as avaliações morais e ações de A afetam o ambiente informacional. Exemplos incluem o respeito ou violação da privacidade ou confidencialidade das informações de alguém. Hacking, entendido como o acesso não autorizado a um sistema de informação (geralmente informatizado), é outro bom exemplo. Não é incomum confundi-lo com um problema a ser discutido no âmbito conceitual de uma ética dos recursos informacionais. Essa classificação errada permite que o hacker defenda sua posição argumentando que nenhuma utilização (muito menos uso indevido) da informação acessada foi feita. No entanto, o hacking, corretamente entendido, é uma forma de violação de privacidade. O que está em questão não é o que A faz com a informação, que foi acessada sem autorização, mas o que significa para um ambiente informacional ser acessado por A sem autorização. Portanto, a análise do hacking pertence à ética da informação como alvo. Outras questões aqui incluem segurança, vandalismo (desde a queima de bibliotecas e livros até a disseminação de vírus), pirataria, propriedade intelectual, código aberto, liberdade de expressão, censura, filtragem e controle de conteúdo. Da Liberdade de

Pensamento e Discussão de John Stuart Mill (1806-1873) é um clássico da ética da informação interpretado como ética da informação-como-alvo. Julieta, simulando sua morte, e Hamlet, organizando a reencenação do homicídio de seu pai, mostram como o gerenciamento inseguro do ambiente informacional pode ter consequências trágicas.

Os limites de qualquer abordagem microética da ética da informação

Ao final desta visão geral, parece que o modelo RPT pode ajudar a obter uma orientação inicial na multiplicidade de questões pertencentes a diferentes interpretações da ética da informação. Apesar de suas vantagens, no entanto, o modelo pode ser criticado por ser inadequado, em dois aspectos.

Por um lado, ao modelo é muito simplista. Pode-se argumentar que, vários importantes questões pertencem principalmente a apenas a análise de um seta informacional, o leitor pode ter já pensado em vários exemplos que ilustram o problema: o testemunho de alguém é a informação confiável de outra pessoa; a responsabilidade de A pode ser determinada pela informação que 4 possui, mas ela também pode dizer respeito à informação que A emite; a censura afeta A tanto como usuário quanto como produtor de informação; a desinformação (ou seja, a produção e distribuição deliberada de conteúdos falsos e enganosos) é um problema ético que diz respeito às três 'setas informacionais'; a liberdade de expressão também afeta a disponibilidade de conteúdos ofensivos (por exemplo, pornografia infantil, conteúdo violento e declarações social, política ou religiosamente desrespeitosas) que podem ser moralmente questionáveis e não deveriam circular.

Por outro lado, o modelo é insuficientemente inclusivo. Existem muitas questões importantes que não podem ser facilmente colocadas no mapa, pois realmente surgem ou dependem das interações entre as 'setas informacionais'. Dois exemplos significativos podem

basta: 'grande irmão', ou seja, o problema de monitorar e controlar qualquer informação que possa dizer respeito a 4; e o debate sobre a propriedade da informação (incluindo legislação de direitos autorais e patentes) e uso justo, que afeta tanto usuários quanto produtores, enquanto molda seu ambiente informacional.

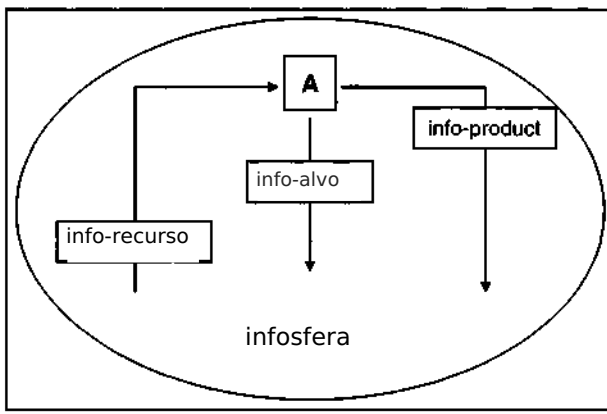
Portanto, a crítica é razoável. O modelo RPT é realmente inadequado. No entanto, por que ele é inadequado e como pode ser melhorado são questões diferentes. A análise tripartida apresentada é insatisfatória, apesar de sua utilidade parcial, justamente porque qualquer interpretação da ética da informação baseada apenas em uma das 'setas informacionais' tende a ser muito redutiva. Como enfatizam os exemplos mencionados acima, os defensores de interpretações restritas da ética da informação como uma microética (ou seja, uma ética prática, dependente do campo, aplicada e profissional) enfrentam o problema de não conseguir lidar com uma grande variedade de questões relevantes, que permanecem não abordadas ou inexplicáveis. O modelo mostra que versões idiossincráticas da ética da informação, que privilegiam apenas alguns aspectos limitados do ciclo da informação, são insatisfatórias. Não devemos usar o modelo para tentar encaixar os problemas de forma ordenada, o que é impossível. Devemos, sim, explorá-lo como um esquema útil a ser superado, tendo em vista uma abordagem mais abrangente da ética da informação como uma macroética, ou seja, uma ética teórica, ética aplicável, independente do campo.

The SHYIDJO information

Uma abordagem mais abrangente da ética da informação precisa dar três passos. Deve reunir as três 'setas informacionais'. Precisa considerar todo o ciclo da informação. E deve levar a sério a mudança ontológica na natureza da infosfera enfatizada no primeiro capítulo. Isso significa analisar informacionalmente todas as entidades envolvidas (incluindo o agente moral A) e suas mudanças, ações e interações, e tratá-las não separadamente, mas como parte do ambiente informacional ao qual pertencem como sistemas informacionais em si. Enquanto os dois primeiros passos não apresentam questões particulares

problemas, e podem ser compartilhados por outras abordagens da ética da informação, o terceiro passo é crucial, mas envolve uma 'atualização' na concepção ontológica da 'informação' em questão. Em vez de limitar a análise aos conteúdos semânticos (verídicos) – como qualquer interpretação mais restrita da ética da informação como uma microética inevitavelmente faz – uma abordagem ecológica da ética da informação também trata a informação como uma entidade. Em outras palavras, passamos de uma concepção epistemológica ou semântica amplamente construída da ética da informação – na qual a informação pode ser aproximadamente equivalente a notícias ou conteúdos – para uma que é tipicamente ontológica, e trata a informação como equivalente a padrões ou entidades no mundo. Assim, no modelo RPT revisado, representado na Figura 20, o agente é incorporado e inserido, como um agente informacional ou inforg, em um ambiente igualmente informacional ambiente.

Simples analogia pode ajudar a introduzir este novo ponto de vista. Imagine olhando o todo universo de um químico ponto de vista. Cada entidade de processo irá satisfazer um certo químico



20. O Modelo ‘Interno’ R(ecurso) P(roduto) T(alvo): o Agente A está corretamente inserido dentro da infosfera

descrição. Um ser humano, por exemplo, será composto principalmente de água. Agora considere uma perspectiva informacional. As mesmas entidades serão descritas como agrupamentos de dados, ou seja, como objetos informacionais. Mais precisamente, nosso agente A (como qualquer outra entidade) será um pacote discreto, autocontido e encapsulado contendo (i) as estruturas de dados apropriadas, que constituem a natureza da entidade em questão, ou seja, o estado do objeto, sua identidade única e seus atributos; e (ii) uma coleção de operações, funções ou procedimentos, que são ativados por várias interações ou estímulos (ou seja, mensagens recebidas de outros objetos ou mudanças dentro de si mesmo), e que, correspondentemente, definem como o objeto se comporta ou reage a eles. Neste nível de análise, sistemas informacionais como tais, e não apenas sistemas vivos em geral, são elevados ao papel de agentes e pacientes de qualquer ação, com processos ambientais, mudanças e interações igualmente descritos de forma informacional.

Compreender a natureza da ética da informação ontologicamente em vez de epistemologicamente modifica a interpretação de seu escopo. Não só uma ética ecológica da informação pode obter uma visão global do ciclo de vida completo da informação, superando assim os limites de outras abordagens microéticas, mas também pode reivindicar um papel como macroética, ou seja, como uma ética que diz respeito a todo o âmbito da realidade, como explicado na próxima seção.

Ética da informação como macroética

Uma maneira direta de introduzir a ética da informação como uma abordagem geral para questões morais é compará-la à ética ambiental. A ética ambiental fundamenta sua análise da posição moral de entidades biológicas e ecossistemas no valor intrínseco da vida e no valor intrinsecamente negativo do sofrimento. É biocêntrica. Busca desenvolver uma ética orientada ao paciente, na qual o 'paciente' pode ser não apenas um ser humano, mas também qualquer forma de vida. De fato, a ética da terra estende o conceito de paciente para qualquer componente do meio ambiente, aproximando-se assim de

a abordagem defendida pela ética da informação. Qualquer forma de vida é considerada como possuindo algumas propriedades essenciais ou interesses morais que merecem e exigem ser respeitados, pelo menos minimamente e relativamente, ou seja, em um sentido possivelmente superável, quando comparados a outros interesses. Assim, a ética biocêntrica argumenta que a natureza e o bem-estar do paciente (o receptor) de qualquer ação constituem (ao menos em parte) seu status moral e que este faz reivindicações importantes ao agente que interage. Essas reivindicações, em princípio, devem contribuir para a orientação das decisões éticas e para a restrição do comportamento moral do agente. O 'receptor' da ação, o paciente, é colocado no centro do discurso ético, como um centro de preocupação moral, enquanto o

'transmissor' qualquer ação moral, o agente, é deslocado para a sua da periferia.

Substitua agora 'vida' por 'existência' e isso deve ficar claro o que a ética da informação equivale a. Ela é uma ética ecológica ainda orientada ao paciente mas substitui biocentrismo com algo ontocentrismo. Isso sugere que há algo ainda mais qualquer empobrecimento da realidade. A ética da informação então

Informação é aumentar do que a vida, ou seja, o ser — isto é, a existência e o florescimento

qualquer forma de empobrecimento da realidade. A ética da informação então fornece um vocabulário comum para entender todo o reino do ser de forma informacional. Ela sustenta que o ser/informação tem um valor intrínseco. Ela fundamenta essa posição reconhecendo

que qualquer entidade informacional tem o direito de persistir em seu próprio estado, e o direito de florescer, ou seja, de melhorar e enriquecer sua existência e essência. Como consequência de tais 'direitos', a ética da informação avalia o dever de qualquer agente moral em termos de contribuição para o crescimento da infosfera e qualquer processo, ação ou evento

que afeta negativamente toda a infosfera — não apenas uma entidade informacional — como um aumento em seu nível de entropia e portanto, um exemplo de mal.

Na ética da informação, o discurso ético diz respeito a qualquer entidade, entendida informacionalmente, ou seja, não apenas todas as pessoas, seu cultivo, bem-estar e interações sociais, não apenas animais, plantas e sua vida natural adequada, mas também qualquer coisa que exista, de pinturas e livros a estrelas e pedras; qualquer coisa que possa ou venha a existir, como as gerações futuras; e qualquer coisa que existiu mas não existe mais, como nossos ancestrais ou antigas civilizações. A ética da informação é imparcial e universal porque leva à conclusão última

do processo de ampliação do conceito do que pode ser considerado um centro de uma reivindicação moral (por menor que seja), que agora inclui toda instância de ser entendida informacionalmente, não importa se implementada fisicamente ou não. Nesse sentido, a ética da informação sustenta que toda entidade, como expressão de ser, possui uma dignidade, constituída pelo seu modo de existência e essência (o conjunto de todas as propriedades elementares que a constituem pelo que ela é), que merece ser respeitada (ao menos em um sentido mínimo e superável), e assim impõe reivindicações morais ao agente que interage e deve contribuir para a restrição e orientação de suas decisões e comportamentos éticos. Este princípio de igualdade ontológica significa que qualquer forma de realidade (qualquer instância de informação/ser), simplesmente pelo fato de ser o que é, goza de um direito mínimo, inicial, superável e igual de existir e se desenvolver de maneira apropriada à sua natureza. O reconhecimento consciente do princípio de igualdade ontológica pressupõe um julgamento desinteressado da situação moral a partir de uma perspectiva objetiva, ou seja, uma perspectiva tão não antropocêntrica quanto possível. O comportamento moral é menos provável sem essa virtude epistêmica. A aplicação do princípio de igualdade ontológica é alcançada sempre que as ações são imparciais, universais e 'cuidadosas'. Na raiz dessa abordagem está a confiança ôntica que liga agentes e pacientes. Uma maneira direta

POR)
JO ethics information

de esclarecer o conceito de confiança ôntica é traçando uma analogia com o conceito de 'contrato social'.

Várias formas de contratualismo (na ética) e contratualismo (na filosofia política) argumentam que a obrigação moral, o dever de obediência política ou a justiça das instituições sociais obtêm seu apoio de um chamado 'contrato social'. Este pode ser um acordo hipotético entre as partes que constituem uma sociedade (por exemplo, o povo e o soberano, os membros de uma comunidade ou o indivíduo e o Estado). As partes concordam em aceitar os termos do contrato e assim obtêm alguns direitos em troca de algumas liberdades que, supostamente, desfrutariam em um estado de natureza hipotético. Os direitos e responsabilidades das partes que subscrevem o acordo são os termos do contrato social, enquanto a sociedade, o Estado, o grupo, etc. é a entidade criada para o propósito de fazer cumprir o acordo. Tanto os direitos quanto as liberdades não são fixos e podem variar, dependendo da interpretação do contrato social contrato.

Informação

As interpretações da teoria do contrato social tendem a ser altamente (e muitas vezes inconscientemente) antropocêntricas (o foco está apenas em agentes racionais humanos) e enfatizam a natureza coercitiva do acordo. Esses dois aspectos não são característicos do conceito de confiança ôntica, mas a ideia básica de um acordo fundamental entre as partes como base das interações morais é sensata. No caso da confiança ôntica, ela é transformada em um pacto primordial, totalmente hipotético, logicamente anterior ao contrato social, que todos os agentes não podem deixar de assinar quando passam a existir, e que é constantemente renovado em gerações sucessivas.

No sistema jurídico inglês, um trust é uma entidade na qual alguém (o trustee) detém e administra os antigos bens de uma pessoa (o trustor, ou doador) em benefício de certas pessoas ou entidades (os beneficiários). Rigorosamente falando, ninguém possui os bens, já que o trustor os doou, o trustee tem apenas a propriedade legal e o beneficiário tem apenas a propriedade equitativa.

Now, the logical form of this sort of agreement can be used to model the ontic trust, in the following way:

- the assets or 'corpus' is represented by the world, including all existing agents and patients;
- the donors are all past and current *generations* of agents;
- the trustees are all current *individual* agents;
- the beneficiaries are all current and future *individual* agents and patients.

By coming into being, an agent is made possible thanks to the existence of other entities. It is therefore bound to all that already exists, both *unwillingly* and *inescapably*. It *should be* so also *caringly*. *Unwillingly*, because no agent wills itself into existence, though every agent can, in theory, will itself out of it. *Inescapably*, because the ontic bond may be broken by an agent only at the cost of ceasing to exist as an agent. Moral life does not begin with an act of freedom but it may end with one. *Caringly* because participation in reality by any entity, including an agent – that is, the fact that any entity is an expression of what exists – provides a right to existence and an invitation (not a duty) to respect and take care of other entities. The pact then involves no coercion, but a mutual relation of appreciation, gratitude, and care, which is fostered by the recognition of the dependence of all entities on each other. Existence begins with a gift, even if possibly an unwanted one. A foetus will be initially only a beneficiary of the world. Once she is born and has become a full moral agent, she will be, as an individual, both a beneficiary and a trustee of the world. She will be in charge of taking care of the world, and, insofar as she is a member of the generation of living agents, she will also be a donor of the world. Once dead, she will leave the world to other agents after her and thus become a member of the generation of donors. In short, the life of a human agent becomes a journey from being only a beneficiary to being only a donor, passing through the stage of being a responsible trustee of the world. We

começamos nossa carreira de agentes morais como estranhos ao mundo; nós devemos terminá-la como amigos do mundo.

As obrigações e responsabilidades impostas pela confiança ôntica irão variar dependendo das circunstâncias, mas, fundamentalmente, a expectativa é que ações sejam tomadas ou evitadas em vista do bem-estar de todo o mundo.

A importância crucial da mudança radical na perspectiva ontológica não pode ser superestimada. A bioética e a ética ambiental não conseguem alcançar um nível de imparcialidade completa, pois ainda são tendenciosas contra o que é inanimado, sem vida, intangível ou abstrato (até mesmo a ética da terra é tendenciosa contra tecnologia e artefatos, por exemplo). De sua perspectiva, apenas o que é intuitivamente vivo merece ser considerado como um centro adequado de reivindicações morais, não importa o quão

Informação mínima, então um fundamental limite superar por informação ética, precisamente. Agora, isso é todo universo escapa seu atenção. que além disso reduz o mínimo condição que necessita ser para satisfeito, a fim de se qualificar como um centro de preocupação moral, ao fator comum compartilhado por qualquer entidade, ou seja, seu estado informacional. E como qualquer forma de ser é, em qualquer caso, também um corpo coerente de informação, dizer que a ética da informação é infocêntrica equivale a interpretá-la, corretamente, como uma teoria ontocêntrica.

O resultado é que todas as entidades, enquanto objetos informacionais, possuem um valor moral intrínseco, embora possivelmente bastante mínimo e superável, e, portanto, podem ser consideradas pacientes morais, sujeitas a algum grau igualmente mínimo de respeito moral entendido como uma atenção desinteressada, apreciativa e cuidadosa. Como o filósofo Arne Naess (1912-2009) afirmou, 'todas as coisas na biosfera têm igual direito de viver e florescer'. Não parece haver uma boa razão para não adotar uma perspectiva ontocêntrica mais elevada e inclusiva. Não apenas objetos inanimados, mas também ideais, intangíveis ou intelectuais podem ter um valor mínimo

grau de valor moral, não importa quão humilde, e assim ter direito a algum respeito.

Há uma passagem famosa, em uma das cartas de Albert Einstein, que resume bem essa perspectiva ôntica defendida pela ética da informação ética. Alguns anos antes de sua morte, Einstein recebeu uma carta de uma jovem de 19 anos que lamentava a perda de sua irmã mais nova. Ela queria saber se o famoso cientista teria algo a dizer para confortá-la. Em 4 de março de 1950, Einstein respondeu a ela:

> Um ser humano é parte do todo, chamado por nós de 'universo', uma parte limitada no tempo e no espaço. Ele experimenta a si mesmo, seus pensamentos e sentimentos, como algo separado do resto, uma espécie de ilusão óptica de sua consciência. Essa ilusão é uma espécie de prisão para nós, restringindo-nos aos nossos desejos pessoais e ao afeto por algumas pessoas próximas a nós. Nossa tarefa deve ser nos libertar de nossa prisão ampliando nosso círculo de compaixão para abranger toda a humanidade e toda a natureza em sua beleza. Ninguém é capaz de alcançar isso completamente, mas o esforço por tal realização é em si parte da libertação e um fundamento para a segurança interior.

Ecologistas profundos já argumentaram que coisas inanimadas também podem ter algum valor intrínseco. Em um artigo famoso, o historiador Lynn Townsend White, Jr (1907-1987) perguntou:

> As pessoas têm obrigações éticas em relação às pedras? [e respondeu que] Para quase todos os americanos, ainda saturados de ideias historicamente dominantes na Christianity . . . a pergunta não faz sentido algum. Se chegar o momento em que para qualquer grupo considerável de nós tal pergunta não seja mais ridícula, podemos estar à beira de uma mudança de estruturas de valores que possibilitará medidas para lidar com a crescente crise ecológica. Espera-se que ainda haja tempo suficiente.

De acordo com a ética da informação, esta é a perspectiva ecológica correta e faz todo sentido para qualquer pessoa religiosa ou espiritual

tradição (incluindo a judaico-cristã) para a qual todo o universo é uma criação divina, é habitado pelo divino e é um presente para a humanidade, do qual esta precisa cuidar. A ética da informação traduz tudo isso em termos informacionais. Se algo pode ser um paciente moral, então sua natureza pode ser levada em consideração por um agente moral, e contribuir para moldar a ação do agente, mesmo que minimamente. Em termos mais metafísicos, a ética da informação argumenta que todos os aspectos e instâncias do ser merecem algum valor inicial, talvez mínimo e substituível, forma de respeito moral.

Ampliar a concepção do que pode ser considerado um centro de respeito moral tem a vantagem de permitir compreender a natureza inovadora das TICs, ao fornecer uma nova e poderosa estrutura conceitual. Também permite lidar de forma mais satisfatória com o caráter original de algumas de suas questões morais, ao

abordando Informação, de uma teoricamente forte perspectiva. Através do tempo, a ética tem constantemente se movido de uma estreita para uma mais inclusiva conceito de o que pode contar como um centro de moral valor, do cidadão à biosfera. O surgimento da infosfera, como um novo ambiente ateniense no qual os seres humanos passam grande parte de suas vidas, explica a necessidade de ampliar ainda mais a concepção do que pode ser considerado um paciente moral. Assim, a ética da informação representa o desenvolvimento mais recente dessa tendência ecumênica e uma abordagem ecológica sem viés biocêntrico. Ela traduz a ética ambiental em termos de infosfera e objetos informacionais, pois o espaço que habitamos não é apenas a Terra.